

Editorial

Fecha-se com este número um período de seis anos em que a Revista Portuguesa de Educação consolidou, de vários modos, o seu estatuto no campo editorial académico: passou a integrar várias plataformas de acesso aberto – Redalyc, Scielo, DOAJ; foi avaliada como Revista Internacional A, no Brasil; foi recentemente objecto de re-avaliação pela Scielo de Portugal. O resultado desta última e recente avaliação confirmou, mais uma vez, que os esforços desenvolvidos neste período tiveram os seus efeitos, alcançando-se, definitivamente, uma posição que pode servir, num futuro breve, para que a Revista aspire a outros lugares para a disseminação e ainda maior valorização internacional dos seus Autores.

São dois os critérios que concorrem para esta posição: a regularidade na edição e a rigorosa avaliação por pares. A RPE não tem abdicado de nenhum, apesar da sua potencial incompatibilidade. Valorizamos o cada vez maior número de textos submetidos porque sabemos que, apesar deste número (que o “sair a horas” atrai) ser factor de alguma tensão e contínuo risco de ruptura, é também factor de diversificação de Avaliadores, com o correspondente reforço da rede internacional, não só de língua portuguesa, em que a Revista está integrada. É a dimensão desta rede que decisivamente contribui para o factor de impacto que a RPE e os seus Autores têm na comunidade académica. Disso são já prova as estatísticas de consultas disponibilizadas nas plataformas Redalyc e Scielo.

Mas para que este factor de impacto, mesmo ainda não numérico, se mantenha e seja reforçado, há um conjunto de princípios e acções a serem incentivados tanto junto da comunidade que reconhece a viabilidade e relevância deste seu Projecto como junto dos Autores que aqui publicam ou querem publicar; entre outros, a instituição da RPE como referência bibliográfica incontornável nos programas curriculares, particularmente de cursos de pós-graduação, e a citação dos seus textos nos trabalhos que produzimos. Sem estes procedimentos será sem consequência qualquer intenção de levar a Revista a outros lugares que não exclusivamente as plataformas de acesso aberto em que já está incluída.

Este número é excepcional, como um leitor habitual da Revista se dará imediatamente conta. Por um lado por ser, em certo sentido, o número que assinala o fim de uma série, por outro lado (mas também por causa disso), por ser pouco usual o número de textos que inclui. Pertencendo quatro desses textos a um núcleo temático, de há muito planeado, a opção por incluir mais seis textos justifica-se com a necessidade de esvaziar a carteira de artigos aceites e, respondendo às legítimas expectativas dos Autores que, pacientemente, têm aguardado a publicação, não colocar igualmente em risco os textos já aceites e previstos para os dois números de 2010.

Os textos do núcleo temático desenvolvem o tema das transformações nas formas de governar a educação e das políticas que lhes dão origem. O texto de Jean Louis Derouet estuda o papel e lugar das escolas nas leis mais recentes do sistema educativo Francês, num percurso analítico que leva à conclusão de que se assiste, hoje, à constituição de novas definições de justiça. Carlos Estêvão, articulando os processos de globalização “com a construção do cosmopolitismo”, de que distingue várias modalidades, desenvolve “as implicações da cosmopoliticidade democrática na educação” e “na gestão das organizações educativas”, com vista ao “ reforço da justiça global” e como contributo “para o cultivo da humanidade”. Situando a discussão nas “possibilidades educativas que se esboçam entre o escolar e o não-escolar”, José Palhares desvela “o carácter simultaneamente híbrido e holístico” da escola, daí fazendo gerar um conjunto de inquietações a exigir, como estratégia de investigação, a análise dos efeitos das relações entre aqueles “subcampos”, nomeadamente, o que se pode consubstanciar na “expressão de novas formas de desigualdade educativa e cultural”. Fechando o núcleo, Ana Paula Marques discute os “efeitos das estratégias de flexibilização” adoptadas pelo mundo empresarial, dando relevo à “aquisição”, por parte dos jovens, de “uma (*ins*)estabilidade identitária” e à “interiorização de uma cultura de iniciativa empresarial, empreendedora e criativa, assente num elevado grau de transferibilidade do valor das suas qualificações académicas, competências e orientações culturais”.

No primeiro dos textos de submissão contínua, Maria João Carvalho aborda o modo como “a racionalidade instrumental é veiculada no âmbito da organização escolar” e os “propósitos que pode servir”, concluindo pela denúncia da sua falibilidade, apesar de aspirar a “tudo prever e regulamentar”.

Clarice Traversini e Caroline Buaes discutem, depois, os discursos pedagógicos dominantes entre os professores sobre metodologias de ensino. Relacionando com o “discurso político educacional da atualidade”, as Autoras equacionam, como conclusão, a possibilidade de tais discursos centrados no aluno, em nome do desenvolvimento da cidadania e da autonomia, servirem antes os intentos da “racionalidade política em curso na contemporaneidade”. O texto de Ana Santos e Neuise Deluis analisa, na perspectiva de uma “educação popular crítica”, um projecto de economia popular. Do estudo ressaltam as contribuições no âmbito social, económico, educativo e ambiental do movimento social investigado, com destaque, entre outros aspectos, para a interação “estabelecida com a escola e pela inclusão através do reapoderamento do espaço social”. No âmbito do Ensino Superior, o texto de Sandra Valadas, Fernando Gonçalves e Luís Faísca analisa o processo de adaptação ao contexto português e validação de um instrumento de identificação de abordagens ao estudo, concepções de aprendizagem e preferências por estilos de ensino de estudantes universitários. Dadas algumas limitações encontradas na validação, os Autores prevêem a possibilidade da sua utilização enquanto instrumento de diagnóstico, sugerindo, entre outras medidas, a utilização de abordagens mistas mais capazes de captar “a complexidade das formas individuais de aprender e estudar”. No nono texto, da autoria de Lilian Gelatti e Vânia Premaor, estuda-se a função de tutores de Cursos presenciais e a distância, por meio da auto-avaliação destes agentes de ensino, assumindo que esta é factor de desenvolvimento profissional e, por isso, com benefício dos alunos e da instituição. O último texto de Patrícia Grossi e Andréia Santos apresenta um estudo com 192 alunos de escolas públicas brasileiras sobre o fenómeno *bullying* e seus efeitos, particularmente na relação dos jovens com a escola. Recomendações para a sua identificação constituem o corolário do estudo.

O número encerra com a lista de avaliadores que com a Revista colaboraram na emissão de pareceres nos dois últimos anos. Expressão única do trabalho desenvolvido, quantas vezes, sabemos, colocado à frente das actividades profissionais obrigatórias, esta lista serve também para o agradecimento público do Corpo Editorial da Revista Portuguesa de Educação, cujo desempenho seria bem outro se não contasse com o espírito de missão académica demonstrado por este grupo.

Em fim de mandato, não podemos deixar ainda de agradecer o trabalho da secretária Ana Rita Guimarães e do técnico João Gonçalves. A primeira pela serenidade e competência com que enfrenta todos os impactos, o segundo pela resposta sempre pronta e eficaz a solicitações, quantas vezes fora de horas. Aos dois o nosso sentido obrigada.

Maria de Lourdes Dionísio